

**O PAPEL DO ESTADO NO APOIO ÀS EMPRESAS FAMILIARES: Uma análise das políticas federais no Brasil (2003-2024)**

**BIANCA ARAÚJO SANTOS**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)

**ROBERT CAUÃ DOS SANTOS EVANGELISTA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)

**ANDRESSA DE SOUSA SANTOS FERREIRA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

**SABRINA NASCIMENTO JESUS**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)

**Agradecimento à orgão de fomento:**

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana (PROBIC/UEFS).

## **Introdução**

As empresas familiares dominam a economia brasileira, respondendo por 90% das empresas, 65% do PIB e 75% dos empregos formais (SEBRAE, 2024). Contudo, enfrentam o grave problema da baixa longevidade, com apenas 30% alcançando a terceira geração. Os principais entraves são a falta de planejamento sucessório, a centralização decisória e conflitos entre papéis familiares e empresariais. No entanto, o papel do Estado como fomentador da continuidade dessas empresas ainda é pouco explorado e exige uma análise rigorosa das políticas públicas existentes.

## **Problema de Pesquisa e Objetivo**

Nesse contexto, o questionamento central que se apresenta é: De que forma as políticas públicas federais no Brasil têm fomentado as empresas familiares no período de 2003 a 2024? O objetivo deste estudo é analisar as políticas públicas federais de fomento às empresas familiares no Brasil, entre 2003 e 2024, compreendendo as especificidades de cada gestão governamental, a ênfase atribuída e a classificação dessas políticas. A pesquisa busca entender como o Estado tem atuado para mitigar os desafios dessas organizações cruciais para a economia nacional.

## **Fundamentação Teórica**

Políticas públicas são ações governamentais para o bem-estar social, classificadas como distributivas, redistributivas, regulatórias ou constitutivas (Lowi, 1972; Secchi, 2012). No Brasil, a intervenção estatal para empresas evoluiu: do incentivo à industrialização à demanda por políticas para Micro e Pequenas Empresas (MPEs) nos anos 90. O cenário atual mostra alta rotatividade empresarial. Essa sobreposição implica que políticas para MPEs (incentivos fiscais, capacitação, crédito) beneficiam indiretamente as empresas familiares.

## **Metodologia**

A pesquisa, de abordagem qualitativa e descritiva, baseou-se em análise de conteúdo para explorar a lacuna teórica sobre políticas públicas e o fomento a empresas familiares no Brasil. A coleta de dados foi bibliográfica e documental, usando fontes oficiais como leis, portarias e documentos federais. A amostra, composta por sete políticas públicas, foi definida a partir de levantamento, seleção e verificação. A análise de conteúdo (Bardin, 2011) ocorreu em duas etapas: categorização das políticas (Quadro 1); e codificação, considerando a gestão federal, a ênfase e a classificação (Quadro 2).

## **Análise dos Resultados**

A análise mostra diferentes ênfases governamentais. No Lula I, o Simples Nacional foi constitutivo/regulatório, com foco econômico. No governo Bolsonaro, o PRONAMPE foi distributivo/emergencial, e a nova Lei de Licitações, regulatória. O Lula III concentrou a maioria das políticas (57,1%): Brasil Mais Produtivo (distributivo, tecnológico/econômico), Rotas Negras e Elas Empreendem (distributivas/redistributivas, sociais/culturais), e o Sinaes (constitutivo/redistributivo, econômico/sustentável). Houve um hiato de 14 anos (2006-2020), ligado a mudanças de prioridades.

## **Conclusão**

Em suma, o estudo avança na teoria ao fornecer uma análise empírica detalhada da dinâmica das políticas públicas federais para empresas familiares no Brasil, expondo as lacunas estratégicas e a descontinuidade temporal que caracterizam essa relação. Além de oferecer um contraponto à ideia de que políticas para MPEs automaticamente atendem às demandas das empresas familiares, abrindo caminho para uma teorização mais precisa sobre o design e a implementação de intervenções estatais.

## **Contribuição / Impacto**

A contribuição teórica para a formulação de políticas públicas é a indicação de uma falha na granularidade e no direcionamento estratégico para um tipo empresarial com especificidades únicas. A identificação do hiato de 14 anos oferece uma contribuição ao ilustrar a fragilidade na institucionalização de uma agenda de longo prazo, o que aprofunda o debate sobre os fatores que influenciam a perenidade das políticas públicas, indo além da simples existência de programas para analisar sua persistência e evolução.

## **Referências Bibliográficas**

- LOWI, T. Four systems of policy, politics, and choice. *Public administration review*, v. 32, n. 4, p. 298-310, 1972.
- SEBRAE. Vantagens e desafios na gestão das empresas familiares. Portal Sebrae, 2024. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/am/artigos/vantagens-e-desafios-na-gestao-das-empresas-familiares,5d776f10703bd810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 5 maio 2025.
- SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.